

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.426.964 - RJ (2019/0005591-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**  
**AGRAVANTE** : SUPERVIA - CONCESSIONÁRIA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO S/A  
**ADVOGADOS** : BERNARDO ANASTASIA CARDOSO DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - RJ108628  
CAIO ALBUQUERQUE BORGES DE MIRANDA - RJ155426  
**AGRAVADO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**DECISÃO**

Trata-se de agravo nos próprios autos contra decisão que inadmitiu o recurso especial, por ausência de cotejo analítico e incidência da Súmula n. 83/STJ (e-STJ fls. 1.861/1.866).

O acórdão recorrido está assim ementado (e-STJ fl. 1.572):

APELAÇÕES CÍVEIS. PROCESSO CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DEFICIENTE OPERAÇÃO DE SISTEMA DE VENTILAÇÃO NAS COMPOSIÇÕES FÉRREAS. Demonstrado o deficiente funcionamento do sistema de ventilação das composições. Desnecessidade de produção de prova pericial. Tutela a incolumidade física de usuários de serviço público de transporte ferroviário. Garantia inserida no núcleo de valores atinentes à dignidade da pessoa humana. Caracterização do dano moral coletivo. CONHECIMENTO dos recursos, NEGANDO PROVIMENTO ao agravo retido e à apelação interpostos pela Supervia Concessionária de Transportes Ferroviários e DANDO PARCIAL PROVIMENTO ao recurso do MINISTÉRIO PÚBLICO.

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ fls. 1.661/1.663).

No recurso especial (e-STJ fls. 1.672/1.695), interposto com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", da CF, a recorrente apontou violação dos seguintes dispositivos legais:

(i) art. 1.022 do CPC/2015, de forma subsidiária,

(ii) arts. 408, 412, 464, § 1º, II, 370 e 371, parágrafo único, do CPC/2015, devido à falta de força probatória dos documentos de "fls. 04, 76, 89, 101, 104, 106, 111, 116, 121, 125, 129, 133, 137, 141, 145, 151, 156, 158 do anexo" (e-STJ fl. 1.679). Sustentou que "os referidos 'documentos' não foram sequer assinados, tratando-se de telas de computador do sistema interno da parte autora, resta evidenciado que os mesmos jamais teriam qualquer força probante contra este Recorrente, conforme disposição legal acima apontada" (e-STJ fl. 1.680). Afirmou que, "se a norma processual não atribui força probante aos documentos apontados contra este recorrente, por óbvio, eles não são aptos a serem qualificados como prova capaz de afastar a perícia, o que espanca qualquer alegação de sua desnecessidade. Assim, resta claro que os dispositivos invocados restaram violados pelo acórdão, em razão de sua má aplicação" (e-STJ fl.

1.682). Aduziu que "também foi violado o artigo 131 do CPC/1973 (atual 371 do CPC/2015), considerando que o Acórdão julgou a causa com base em documentação inidônea para provar os fatos lá dispostos. Com efeito, se foi utilizado documento que legalmente é incapaz de provar o fato controvertido, resta claro que o TJRJ se baseou em documentos que não podem ser classificados como 'prova', em nítida desobediência ao comando processual. Na mesma toada, como deixou-se de viabilizar a produção da prova capaz de efetivamente imputar responsabilidade ao Recorrente, a prova pericial, o tribunal local acabou por condenar o Recorrente sem quaisquer provas. Assim, restou ofendido o artigo 333, I, do CPC/1973 (atual 373, I, do CPC/2015), que impõe ao autor o ônus de demonstrar o fato constitutivo de seu direito" (e-STJ fl. 1.682),

(iii) arts. 505 e 1.008 do CPC/2015 e 31, I e IV, da Lei n. 8.987/1995, pois o Tribunal de origem não poderia analisar novamente a necessidade de perícia técnica, por estar preclusa a questão. Informou que "a realização da perícia já havia sido anteriormente devolvida ao Tribunal, encontrando-se a questão suplantada em dois agravos de instrumento 0023014-91.2012.8.19.0000 e AI 0066174-69.2012.8.19.0000, de modo que a matéria estava preclusa" (e-STJ fl. 1.683). Alegou que "a prova pericial era imprescindível para verificar se havia de fato ou não o descumprimento dos aspectos técnicos do serviço público concedido, em especial a regularidade na manutenção do sistema de ventilação dos trens sem ar-condicionado, como acima apontado" (e-STJ fl. 1.684). Ressaltou que "o artigo 31, I, IV, da Lei 8.987/95 dispõe que a concessionária tem como obrigação prestar o serviço adequado, segundo as normas técnicas aplicáveis, as normas do serviço e do contrato de concessão, situação que apenas pode ser aferida por perícia" (e-STJ fl. 1.684),

(iv) arts. 104, II, e 248 do CPC/2015, visto que "a imposição da obrigação de manter em ininterrupto funcionamento o sistema de ventilação importa na imposição de obrigação impossível" (e-STJ fl. 1.686), e

(v) arts. 884, 927 e 944 do CPC/2015, 1º e 13 da Lei n. 7.347/1985 e 6º, VI e VII, do CDC, "os quais limitam toda e qualquer indenização à extensão do dano, tendo em vista que a indenização no sistema jurídico nacional tem caráter meramente reparatório" (e-STJ fl. 1.688). Afirmou que "o alegado dano moral coletivo é incompatível com o caráter transindividual da demanda coletiva" (e-STJ fl. 1.688).

No agravo (e-STJ fls. 1.907/1.916), afirma a presença de todos os requisitos de admissibilidade do especial.

Contraminuta apresentada pelo recorrido (e-STJ fls. 1.907/1.916).

Parecer do Ministério Público Federal pelo desprovimento do recurso (e-STJ fls. 1.962/1.972).

É o relatório.

Decido.

#### **Da falta de prestação jurisdicional**

De início, no que se refere à suposta ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015, a recorrente se ateve a formular alegações genéricas de violação desse dispositivo, sem demonstrar de forma específica em que consistiu a omissão perpetrada pelo Tribunal de origem.

Com efeito, diante da deficiente fundamentação recursal que impede a exata compreensão da controvérsia, é inafastável a incidência da Súmula n. 284/STF.

#### **Da preclusão da prova pericial**

No que diz respeito à alegada preclusão da prova pericial, a tese não foi apreciada pelo Tribunal *a quo*, apesar da oposição de embargos declaratórios.

Caberia à parte alegar violação do art. 1.022 do CPC/2015 quanto a esse ponto específico, o que não ocorreu. Dessa forma, ante a falta do indispensável prequestionamento, incide a Súmula n. 211 do Superior Tribunal de Justiça.

#### **Das provas**

O Tribunal de origem entendeu ser desnecessária a produção de prova pericial sob os seguintes fundamentos (e-STJ fl. 1.577):

Sobre o agravo retido, fls. 1234/1239, cumpre observar que na forma do artigo 420, II, do CPC/1973 e do art. 370, parágrafo único, da atual lei processual, o juiz pode indeferir as provas desnecessárias ao seu convencimento, diante dos elementos probatórios juntados aos autos, que analisaremos no mérito deste recurso. Isto significa dizer que a prova pericial requerida pela empresa demandada se verifica desnecessária diante do número de reclamações e do relatório da Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos de Transportes Aquaviários, Ferroviários e Metroviários do Estado do Rio de Janeiro (AGETRANSP), que demonstra as questões controvertidas debatidas no presente feito.

Iniciando o julgamento pelo recurso da SUPERVIA CONCESSIONÁRIA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIOS cabe assinalar que o Inquérito Civil apresenta diversas reclamações de usuários apontando para a falta de sistema de ventilação nas composições operadas pela apelante e não, propriamente, da falta de aparelhos de ar condicionado, conforme fls. 04, 76, 89, 101, 104, 106, 111, 116, 121, 125, 129, 133, 137, 141, 145, 151, 156, 158 do anexo. Neste mesmo sentido o relatório do AGETRANSP, fls. 70 e 153, apontando o não funcionamento de 8% dos ventiladores dos trens, o que perdurou, pelos menos, até 2014, conforme itens 000008 e 000017 a 000019. Há inquestionável dano aos usuários do serviço que vão além do mero desconforto e que não são atribuíveis, exclusivamente, às altas temperaturas no Estado.

Verifica-se, contudo, que a parte não impugnou os fundamentos do acórdão recorrido quanto à existência de relatório do AGETRANSP, com a informação de falta de funcionamento de 8% (oito por cento) dos ventiladores. Incidem, portanto, as Súmulas n. 283 e

284 do STF.

Ademais, está pacificado no STJ o entendimento de que não configura cerceamento de defesa o julgamento da lide, devidamente fundamentado, sem a produção das provas tidas por desnecessárias pelo magistrado, uma vez que cabe a ele dirigir a instrução e deferir a produção das provas que considerar necessárias à formação do seu convencimento.

Sobre o tema:

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. CERCEAMENTO DE DEFESA. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ.

1. Não configura cerceamento de defesa o julgamento antecipado da lide, devidamente fundamentado, sem a produção das provas tidas por desnecessárias pelo juízo, uma vez que cabe ao magistrado dirigir a instrução e deferir a produção probatória que considerar necessária à formação do seu convencimento.

2. Rever o acórdão que afastou o cerceamento de defesa implicaria o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, o que é vedado pela Súmula nº 7/STJ.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 814.657/SC, Relatora Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 6/10/2016, DJe 17/10/2016.)

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. COMPRA E VENDA DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL. ALEGADA VIOLAÇÃO AOS ARTS. 458, II, E 535, II, DO CPC/73. OFENSA AFASTADA. CERCEAMENTO DE DEFESA. NECESSIDADE DE PRODUÇÃO DE PROVA. JULGAMENTO ANTECIPADO. ARTS. 131, 330, I, E 400 DO CPC/1973. NÃO OCORRÊNCIA. VÍCIO DE CONSENTIMENTO NÃO CONFIGURADO. DANO MORAL. ATO ILÍCITO. INEXISTÊNCIA. REEXAME DE CIRCUNSTÂNCIAS FÁTICAS DO CASO. AGRAVO DESPROVIDO.

1. Não se verifica a alegada violação aos arts. 458, II, e 535, II, do CPC/73, na medida em que a eg. Corte de origem dirimiu, fundamentadamente, a questão que lhe foi submetida. De fato, inexistente omissão, contradição ou obscuridade no aresto recorrido. Ressalta-se não ser possível confundir julgamento desfavorável, como no caso, com negativa de prestação jurisdicional, ou ausência de fundamentação.

2. O juiz é o destinatário final das provas, a quem cabe avaliar sua efetiva conveniência e necessidade, advindo daí a possibilidade de indeferimento das diligências inúteis ou meramente protelatórias, em consonância com o disposto na parte final do art. 130 do CPC/73, de sorte que inexistente nulidade quando o julgamento antecipado da lide decorre, justamente, do entendimento do Juízo *a quo* de que o feito encontra-se devidamente instruído com os documentos trazidos pelas partes.

3. O Tribunal de origem, com base nas provas constantes dos autos e nos termos das cláusulas avençadas, concluiu pelo não cabimento de indenização por danos morais, pois o negócio jurídico foi entabulado sem vício de consentimento, bem como não ficou configurada nenhuma conduta ilícita por parte do recorrido. A modificação deste entendimento demandaria o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, situação que encontra óbice na Súmula 7/STJ.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt nos EDcl no AREsp 446.873/RS, Relator Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 29/9/2016, DJe 20/10/2016.)

Consequentemente, a análise da imprescindibilidade das provas pretendidas pela recorrente demandaria a revisão do contexto fático-probatório dos autos, o que é vedado pela Súmula n. 7/STJ. A respeito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC/73. INOVAÇÃO RECURSAL. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 130 DO CPC/73. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ.

1. 'Incabível o exame de tese não exposta no recurso especial e invocada apenas em insurgência posterior, pois configura indevida inovação recursal' (AgInt no AREsp 897.353/SP, Rel. Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, julgado em 04/08/2016, DJe 16/08/2016).

2. O Tribunal local, com base nos elementos fático-probatórios dos autos, decidiu pela existência de cerceamento de defesa, de forma que o acolhimento da pretensão recursal acerca da desnecessidade da produção das provas requeridas pela parte recorrida demandaria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas nas instâncias ordinárias, com o revolvimento das provas carreadas aos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 7 do STJ.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 788.420/SP, Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 27/9/2016, DJe 7/10/2016.)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. NECESSIDADE DE PRODUÇÃO DE PROVAS REQUERIDAS. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Em sede de recurso especial, não é possível alterar a conclusão do Tribunal de origem de que não é necessária a produção de prova pericial e oral, nem a solicitação ao banco para a exibição de fitas, pois demandaria o reexame do conjunto fático-probatório, o que atrai o óbice da Súmula 7 desta Corte.

2. Agravo regimental improvido.

(AgRg no AREsp 556.785/SP, Relator Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 21/10/2014, DJe 13/11/2014.)

E ainda, a alegação de falta de força probatória dos documentos juntados às "fls. 04, 76, 89, 101, 104, 106, 111, 116, 121, 125, 129, 133, 137, 141, 145, 151, 156, 158 do anexo" (e-STJ fl. 1.679) não foi analisada pelo Tribunal *a quo*, assim como não foi aduzida violação do art. 1.022 do CPC/2015 especificamente quanto essa tese. Incidindo, novamente, a Súmula n. 211/STJ.

### **Da obrigação impossível**

O Tribunal estadual também deixou de analisar a violação dos arts. 104, II, e 248 do CPC/2015 e, conseqüentemente, a tese de obrigação impossível, e não houve alegação pela parte recorrente de afronta ao art. 1.022 do CPC/2015 no ponto específico, sendo caso de falta do devido prequestionamento. Aplica-se o disposto na Súmula n. 211 do STJ.

### **Do dano moral coletivo**

Sobre a questão, o Tribunal de origem entendeu ser caso de condenação ao pagamento de danos morais coletivos, sob os seguintes fundamentos (e-STJ fl. 1.579):

A análise das referidas reclamações não demonstra simples inadimplemento contratual, mas, verdadeira prática reiterada de deficiente prestação do serviço concedido pelo Estado, que impõe sofrimento desmedido de número indeterminado de consumidores, que não pode ser encarado como corriqueiro, comum, mas como grave violação negocial e social. Logo, a relevância social se verifica presente, ensejando a condenação requerida pelo Ministério Público pela caracterização do dano moral coletivo, em valor diverso do pleiteado na inicial, que melhor se coaduna com as melhorias realizadas em

2016 [...]

No entanto, ao restringir a análise dos danos morais coletivos à antijuridicidade da conduta da recorrente e à ofensa a bem jurídico protegido, o acórdão recorrido dissentiu da jurisprudência desta Corte, que exige demonstração de ofensa injusta e não tolerável a **valores fundamentais da coletividade** para condenação ao pagamento de indenização por danos morais coletivos. A propósito:

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO COLETIVA DE CONSUMO. COBRANÇA DE TARIFAS BANCÁRIAS. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INCORRÊNCIA. FASES DA AÇÃO COLETIVA. SENTENÇA GENÉRICA. AÇÃO INDIVIDUAL DE CUMPRIMENTO. ALTA CARGA COGNITIVA. DEFINIÇÃO. QUANTUM DEBEATUR. MINISTÉRIO PÚBLICO. LEGITIMIDADE ATIVA. INTERESSES INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS. RELEVÂNCIA E TRANSCENDÊNCIA. EXISTÊNCIA. COISA JULGADA. EFEITOS E EFICÁCIA. LIMITES. TERRITÓRIO NACIONAL. PRAZO PRESCRICIONAL. DEFICIÊNCIA DA FUNDAMENTAÇÃO RECURSAL. SÚMULA 284/STF. DANO MORAL COLETIVO. VALORES FUNDAMENTAIS. LESÃO INJUSTA E INTOLERÁVEL. INOCORRÊNCIA. AFASTAMENTO. ASTREINTES. REVISÃO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. SÚMULA 7/STJ.

1. Cuida-se de ação coletiva na qual são examinados, com exclusividade, os pedidos de indenização por danos morais e materiais individuais, de indenização por dano moral coletivo e de publicação da parte dispositiva da sentença, decorrentes do reconhecimento, em outra ação coletiva com trânsito em julgado, da ilegalidade da cobrança de tarifa de emissão de boleto (TEC).

2. O propósito do presente recurso especial é determinar se: a) ocorreu negativa de prestação jurisdicional; b) é necessário fixar, na atual fase do processo coletivo, os parâmetros e os limites para o cálculo dos danos morais e materiais individuais eventualmente sofridos pelos consumidores; c) o Ministério Público tem legitimidade para propor ação coletiva versando sobre direitos individuais homogêneos; d) os efeitos a sentença proferida em ação coletiva estão restritos à competência territorial do órgão jurisdicional prolator; e) deve ser aplicado o prazo prescricional trienal à hipótese dos autos; f) é possível examinar a validade da cobrança de tarifa de emissão de boletos (TEC), decidida em outro processo transitado em julgado, na hipótese concreta; g) cabe, no atual momento processual, analisar a efetiva ocorrência de dano material e moral aos consumidores e se o dano material deve abranger a repetição do indébito; h) a ilegalidade verificada na hipótese enseja a compensação de danos morais coletivos; e i) é exorbitante o valor da multa cominatória.

3. Recurso especial interposto em: 30/05/2014. Conclusos ao gabinete em: 26/08/2016. Aplicação do CPC/73.

4. Ausentes os vícios do art. 535 do CPC/73, rejeitam-se os embargos de declaração.

5. Devidamente analisadas e discutidas as questões de mérito, e fundamentado corretamente o acórdão recorrido, de modo a esgotar a prestação jurisdicional, não há que se falar em violação dos arts. 165 e 458, II, do CPC/73.

6. A ação civil coletiva na qual se defendem interesses individuais homogêneos se desdobra em duas fases, sendo que, na primeira, caracterizada pela legitimidade extraordinária, são definidos, em sentença genérica, os contornos homogêneos do direito questionado.

7. A definição de parâmetros e dos limites para a fixação dos danos materiais e morais individuais se relaciona ao *quantum debeatur* do direito questionado, o qual deve ser debatido nas ações individuais de cumprimento, que também possuem alta carga cognitiva.

8. Se o interesse individual homogêneo possuir relevância social e transcender a esfera de interesses dos efetivos titulares da relação jurídica de consumo, tendo reflexos práticos em uma universalidade de potenciais consumidores que, de forma sistemática e

reiterada, sejam afetados pela prática apontada como abusiva, a legitimidade ativa do Ministério Público estará caracterizada.

9. Os efeitos e a eficácia da sentença proferida em ação coletiva não estão circunscritos aos limites geográficos da competência do órgão prolator, abrangendo, portanto, todo o território nacional, dentro dos limites objetivos e subjetivos do que foi decidido. Precedentes.

10. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados impede o conhecimento do recurso especial.

11. A ausência de fundamentação ou a sua deficiência importa no não conhecimento do recurso quanto ao tema.

12. O dano moral coletivo é categoria autônoma de dano que não se identifica com os tradicionais atributos da pessoa humana (dor, sofrimento ou abalo psíquico), mas com a violação injusta e intolerável de valores fundamentais titularizados pela coletividade (grupos, classes ou categorias de pessoas). Tem a função de: a) proporcionar uma reparação indireta à lesão de um direito extrapatrimonial da coletividade; b) sancionar o ofensor; e c) inibir condutas ofensivas a esses direitos transindividuais.

**13. Se, por um lado, o dano moral coletivo não está relacionado a atributos da pessoa humana e se configura *in re ipsa*, dispensando a demonstração de prejuízos concretos ou de efetivo abalo moral, de outro, somente ficará caracterizado se ocorrer uma lesão a valores fundamentais da sociedade e se essa vulneração ocorrer de forma injusta e intolerável.**

**14. Na hipótese em exame, a violação verificada pelo Tribunal de origem - a exigência de uma tarifa bancária considerada indevida - não infringe valores essenciais da sociedade, tampouco possui os atributos da gravidade e intolerabilidade, configurando a mera infringência à lei ou ao contrato, o que é insuficiente para a caracterização do dano moral coletivo.**

15. Admite-se, excepcionalmente, em recurso especial, reexaminar o valor fixado a título de multa cominatória, quando ínfimo ou exagerado, o que não ocorre na hipótese em exame, em que as astreintes, fixadas em R\$ 10.000,00 (dez mil reais), não se mostram desproporcionais ou desarrazoadas.

16. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, provido.

(REsp 1.502.967/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 7/8/2018, DJe 14/8/2018 – grifei.)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. CONSUMIDOR. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. IMPOSIÇÃO DE CLÁUSULA DE ARBITRAGEM EM CONTRATOS FIRMADOS ENTRE FORNECEDORES DE BENS IMÓVEIS E CONSUMIDORES. DANO MORAL COLETIVO NÃO CONFIGURAÇÃO. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. "A condenação em reparar o dano moral coletivo visa punir e inibir a injusta lesão da esfera moral de uma coletividade, preservando, em ultima ratio, seus valores primordiais. Assim, o reconhecimento de dano moral coletivo deve se limitar às hipóteses em que configurada grave ofensa à moralidade pública, sob pena de sua banalização, tornando-se, somente, mais um custo para as sociedades empresárias, a ser repassado aos consumidores" (REsp 1.303.014/RS, Quarta Turma, Relator para acórdão o Ministro Raul Araújo, julgado em 18/12/2014 e publicado no DJe de 26/5/2015).

**2. O dano moral coletivo é aferível *in re ipsa*, dispensando, portanto, a demonstração de prejuízos concretos, mas somente se configura se houver grave ofensa à moralidade pública, causando lesão a valores fundamentais da sociedade e transbordando da justiça e da tolerabilidade.**

3. No caso concreto, o alegado dano advém do fato de os consumidores, adquirentes de propriedades imóveis, em razão de convênio estabelecido entre o TJ/GO, a Segunda Corte de Conciliação e Arbitragem de Goiânia e o SECOVI - Sindicato da Habitação de Goiás -, terem ficado obrigados a se submeter a arbitragem para discutir litígios relacionados à aquisição de bens imóveis e a executar as respectivas sentenças arbitrais. Assim, o dano moral eventualmente configurado está relacionado mais propriamente a

esfera individual de cada consumidor adquirente de propriedade imóvel que, na prática, tenha sido compelido a se submeter à Corte Arbitral, devendo, se for o caso, o lesado ingressar com a medida judicial cabível para pleitear a indenização.

4. Não se vislumbra grave ofensa à moralidade pública ou lesão a valores fundamentais da coletividade, bem como ato que tenha ultrapassado os limites do justo e tolerável, tanto que o Tribunal de Justiça chegou a firmar o aludido convênio.

5. O processo foi extinto sem resolução de mérito, por falta de interesse de agir, porque o referido convênio foi revogado antes mesmo do ajuizamento da ação civil pública. Mais uma razão, portanto, para se entender que eventuais danos decorrentes da existência do aludido ato surtiram efeitos por curto lapso temporal e atingiram apenas a esfera individual de algum consumidor, não podendo ser ampliados à coletividade.

6. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 100.405/GO, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 16/10/2018, DJe 19/10/2018 – grifei.)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DANOS MORAIS COLETIVOS. NÃO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7 DO STJ.

1. "A condenação à indenização por dano moral coletivo em ação civil pública deve ser imposta somente aos atos ilícitos de razoável relevância e que acarretem verdadeiros sofrimentos a toda coletividade, pois do contrário estar-se-ia impondo mais um custo às sociedades empresárias" (AgInt no AREsp 964.666/RJ, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/10/2016, DJe 11/11/2016)

2. Infirmar as conclusões a que chegou o Tribunal a quo que, sem descurar do fato de que a configuração do dano moral coletivo pressupõe a demonstração da prática de ato ilícito de razoável relevância que afete verdadeiramente toda a coletividade, entendeu não estarem cristalizados os requisitos ensejadores da responsabilidade civil, encontra óbice no enunciado da Súmula 7 do STJ.

3. A imposição de obrigação de não fazer consistente na abstenção de trafegar em qualquer rodovia federal com excesso de peso sob pena de multa, demanda a cristalização dos pressupostos da responsabilidade civil, o que não restou caracterizado na hipótese vertente. Incidência do enunciado da Súmula 7 do STJ.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1.136.945/MG, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 7/12/2017, DJe 13/12/2017.)

No caso dos autos, trata-se de infringência à lei decorrente da prestação de serviço de transporte ferroviário deficiente. No entanto, não se configurou violação de valores essenciais da sociedade que pudesse caracterizar dano moral coletivo.

Aplica-se ao caso a Súmula n. 568 do STJ: "O relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema."

Diante do exposto, CONHEÇO do agravo e DOU PARCIAL PROVIMENTO ao recurso especial para afastar a condenação da recorrente ao pagamento de indenização por danos morais coletivos.

Publique-se e intimem-se.



# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília-DF, 25 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator